

MELLO, Marcelo Moura. 2012.
Reminiscências dos quilombos:
Territórios da memória em uma comunidade negra rural.
São Paulo: Terceiro Nome. 272 p.

Jaqueline de Oliveira e Silva¹

O conteúdo das narrativas dos moradores da comunidade quilombola de Cambará, Rio Grande do Sul, não é mera expressão dos fluxos desencadeados pelo Estado, ou tentativa de instrumentalizar lembranças para reivindicar direitos. A memória trabalha criativamente a partir do que foi vivido e experienciado pelo grupo, e todas as narrativas vão conformando argumentos de ‘ordem moral’, formulando noções de justiça, que não podem ser lidas em uma chave instrumental unicamente para atender fins políticos.

É sob este argumento que se desenvolve o livro *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*, de Marcelo Moura Mello. O contexto de desenvolvimento da pesquisa de Mestrado em Antropologia Social que deu origem ao livro é claro: a elaboração de um laudo antropológico para pautar o reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo.

Tal processo, impulsionado pelo Decreto 4.887 de 2003, e pautado no artigo 68 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) de 1988, é claramente animado por agentes institucionais e individuais externos à comunidade, como a universidade, ONGs e órgãos governamentais responsáveis pela gestão de políticas públicas.

Todavia, o autor afirma que o imediatismo político não é suficiente para compreender a “emergência dos remanescentes”. Para Mello, a busca por seguridade territorial é central nesse processo, mas é preciso lembrar que a “terra-território” não se resume a sua dimensão fundiária, mas está impregnada de afetos, personagens, subjetividades e do vivido pelos homens e mulheres de Cambará.

¹ Mestranda no PPGA-UFPE.

A comunidade em questão localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, inscrito no imaginário nacional como um “estado branco”. Cambará é constituída por quarenta famílias, aparentadas entre si, distribuídas em quatro núcleos: Rincão das Vassouras Brancas, Pinheiros, Cambará e Irapuá. Sucessivas espoliações diminuíram consideravelmente a extensão das terras de Cambará, cuja origem remonta a primeira metade do século XIX, quando ex-escravos adquiriram no local, diversos lotes de terra.

Atualmente, o território encontra-se repartido ao meio, em virtude da construção na década de 1960 da BR-290. Além disso, grande parte do território, antes pertencente aos negros, é propriedade de descendentes de imigrantes italianos e alemães, e de estancieiros e plantadores de médio e grande porte.

Ao longo da última década, houve uma melhora significativa nas condições materiais das famílias, cuja renda é obtida basicamente através do trabalho dos moradores como diarista nas propriedades de médio e grande porte da região, do trabalho como frentista e cozinheiro no posto de gasolina existente próximo à comunidade, assim como do Bolsa Família e de aposentadorias. Foram desenvolvidos também, em decorrência da assunção quilombola alguns projetos voltados para a produção agrícola.

Nos capítulos 1 e 2, Mello apresenta um panorama sobre os debates acerca das comunidades remanescentes de quilombos e explicita perspectivas teóricas que embasaram seu trabalho.

Segundo o autor, quilombo é uma categoria em disputa, cujo significado é polissêmico, e qualquer tentativa de definição esbarra em indefinições. Todavia, é fato que o termo encontra-se presente no imaginário brasileiro, utilizado tanto para desqualificar e reprimir modalidades alternativas de gestão do espaço e da vida, quanto para inspirar e simbolizar mobilizações políticas.

Os quilombos são ainda uma pauta de reivindicação do movimento negro, desde a primeira metade do século XX, sendo um dos principais motivos pelos quais seus direitos foram incluídos na carta da CF de 1988. Todavia na época não havia consenso absoluto, nem mesmo entre os constituintes, sobre a quais sujeitos de direito a categoria se referia.

Para Mello, a carta elaborada pela Associação Brasileira de Antro-

pologia (ABA), assim como a contribuição de diversos especialistas que trabalhavam com direitos indígenas, tem um papel extremamente importante na definição atual do termo, que passou por um processo de res-semantização.

A partir da teoria de Fredrik Barth, forjou-se um plano investigativo no qual a percepção dos sujeitos ganha destaque, em contraposição a teoria que preconizava a existência de conteúdos culturais objetivos. O foco estaria menos em traços culturais facilmente identificáveis por um observador externo, e mais nos sinais diacríticos, ou seja, nas diferenças que os próprios agentes consideram significativas. A autoidentificação é embasada atualmente pelo Decreto 4.887-2003 estabelece que a caracterização desses grupos “será atestada mediante a autodefinição da comunidade”.

A ênfase na etnicidade e na autoatribuição, como afirma Mello, rompeu com a imposição de significados cristalizados, rechaçando o uso de critérios fundados no naturalismo, como a noção de raça. Todavia, deve-se ser capaz de pensar a dimensão racial das interações entre quilombolas e não quilombolas quando esta é um conceito êmico - quando desempenha um papel fundamental no cotidiano das pessoas, influenciando até mesmo do significado atribuído à identidade quilombola.

Neste sentido, Mello propõe a compreensão da memória da comunidade de Cambará, para além da noção de etnicidade. A formação de grupos étnicos se dá por meio de apelos a um passado comum e de reivindicações de uma história específica (:63). A memória não é mobilizada apenas para obter os benefícios políticos previstos pelos ‘novos direitos’, mas também por conterem noções de justiça formuladas a partir a experiência moral.

Mello traz em seu texto uma crítica ao termo elaborado pelo historiador Eric Hobsbawm de “invenção das tradições”. Citando Marshall Sahlins, acredita que o termo sugere um passado artificial, falsificado e improvisado para fins políticos. Defende, em detrimento a esta noção, o conceito de “invenção” de Roy Wagner. Para ele, invenção supera a distinção entre algo criado pela primeira vez e aquilo já estabelecido. Toda expressão de significados é um tipo de invenção, e esta requer uma base comunicacional e criativa de convenções compartilhadas.

Portanto, propõe

[...] abandonar o ‘primado da etnicidade’ e refinar as análises normalmente operacionalizadas para tratar dos remanescentes de quilombos: para além da dimensão política, há uma dimensão moral nas reivindicações identitárias; em vez de instrumentalização, trata-se de justificação, menos do que denotar um artifício, a invenção é uma atividade criativa. (:70)

Posteriormente, no capítulo 3, o autor analisa os efeitos desencadeados pela assunção quilombola em âmbito local. Acredita que nos processos de identificação, há muito mais coisas em jogo do que a ‘conscientização’, seja ela étnica ou racial, ou o incremento da ‘organização política’.

Uma situação interessante é a relação do grupo com os brancos, moradores da região. Estes, empregadores dos negros, manifestam grande preocupação quanto às divisões que podem surgir *nessa história de quilombo*. A exclusão dos brancos da associação de moradores, suscitou entre o grupo uma discussão sobre o ato como sendo possível forma de racismo. Pautou-se nesse processo, a inclusão dos brancos nas políticas sociais e exclusão deles, quando se refere à causa quilombola.

Para Mello, o receita de excluir os brancos numa política para quilombolas manifesta menos carências (de conscientização, organização, informação e mobilização) e mais a centralidade das obrigações e das lealdades nas disputas políticas.

Os vínculos entre brancos e negros na região criaram obrigações morais, e é por isso que se evita interromper o ciclo de reciprocidade com os brancos. A manutenção desse ciclo não necessita da troca de objetos, ela se manifesta por gestos, como convites para reuniões. A assunção quilombola altera de forma significativa o estado das coisas e fomenta novos padrões de interação (:103).

Em Cambará, as categorias negro, moreno e branco são racializadas. Ou seja, acredita-se que a essência racial, manifestada pela cor da pele e por características físicas, implica em qualidades moralmente relevantes. Sendo assim, é fato que os moradores de Cambará normalmente se designam como ‘morenos’, numa tentativa clara de evitar o uso do termo negro(a), que expressaria desmerecimento ou desrespeito (:85).

Neste sentido, era necessário afirmar que a questão quilombola não buscava criar divisões, mas sim visava corrigir desigualdade histórica, como estas que marcavam negativamente a identidade dos moradores de Cambará.

Outra situação instigante relacionada à assunção quilombola, foi o fato de que a 'história da comunidade' recebe um novo ímpeto e sua recuperação tem sido uma preocupação constante, em particular, nas instâncias de interação com agentes governamentais responsáveis por gerir políticas públicas às comunidades quilombolas. Mello cita a atuação de Márcio, jovem liderança em contato com o agente da universidade e do movimento negro, que produziu versões escritas da história de Cambará, além de genealogias e mapas.

Este fato é explicitado no prefácio do livro, como um fato exemplar em que os 'suportes da memória' são mobilizados para estabelecer mediações entre as exigências que recaem sobre o grupo, e o senso de justiça engendrado pela vivência, e expresso nas narrativas orais sobre as experiências de sujeição (:14).

As conquistas do grupo são, portanto, validadas não só pela mobilização da comunidade, mas também pelas especificidades e pela exclusão histórica. O que era motivo de exclusão – a pertença racial e étnica – é mobilizada para legitimar a consecução dessas políticas.

Seguindo adiante, Mello demonstra ainda no capítulo 4, como Cambará nunca foi uma comunidade fechada em si mesma, estando sempre em constante relação com o mundo exterior. O capítulo traz o contexto anterior aos eventos considerados significativos na história de Cambará e chama atenção para a existência de territórios negros existentes durante o período escravista.

O autor apresenta uma pesquisa detalhada em fontes documentais, como inventários, cartas de liberdade, registros paroquiais de terra, auto de legitimação de posse e registros de casamento, traçando um perfil claro da formação do território de Cambará. Um aspecto que chama atenção neste capítulo é a importância das relações de apadrinhamento, com ex-escravos, indígenas e brancos moradores da região.

Já nos capítulos 5 e 6, Mello trata de momentos marcantes para o grupo por meio de fontes orais e escritas. Uma situação extremamente relevante é a existência do regime de criação.

Entre cinco e sete anos crianças negras eram entregues à famílias

brancas, onde recebiam alimentação, vestimenta e moradia em troca de serviço. Teoricamente as crianças eram filhos de criação, mas as narrativas dos moradores salientam uma diferenciação: crianças negras por mais que fossem 'filhas' não frequentavam a escola, não possuíam assistência médica e eram tratadas com rigor.

Em Cambará pouco se fala da vida de escravos: fala-se em viver como escravos. As comparações com o cativo referem-se a situações consideradas injustas, como as que as crianças viviam no regime de criação.

Ser escravo depende menos do período em que se nasceu e mais do que regime com o qual se deparou (:225). Situações em que se vive como escravo são geralmente àquelas que envolvem degradação, provação e sofrimento. Para Mello, o regime de criação coloca em xeque temporizações rígidas e destaca as continuidades e descontinuidades entre servidão e liberdade (:233).

O livro de Marcelo Mello é essencialmente um trabalho sobre memória. Mas longe de tratar desta de forma reificada, a memória para Mello é viva, é trazida ao presente como matéria viva da experiência, articulando diversas temporalidades na experiência do presente. Dessa forma, os novos direitos são interpretados no quadro das experiências vividas, que trazem embutidas em si noções de justo e injusto.

Elaborado a partir de Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Unicamp, recebeu no ano de 2009, menção honrosa no Concurso Brasileiro Anpocs de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais.